

SUMÁRIO

Prefácios	xi
Apresentações.....	xv
Nota do autor	xix

1 INTRODUÇÃO

1. Histórico, conceito e conteúdo do Direito de Família.....	1
2. Conceito moderno, espécies e função social da família.....	3
3. Princípios do Direito de Família.....	10
4. Natureza do Direito de Família	15
5. A família à luz da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002.....	16

2 DO DIREITO MATRIMONIAL

1. Casamento.....	23
1.1 Conceito, fins e natureza jurídica do casamento.....	23
1.1.1 Conceito	23
1.1.2 Fins do casamento	25
1.1.3 Natureza jurídica do casamento.....	28
1.2 Características e princípios do casamento.....	31
1.3 Promessa de casamento	34
1.4 Condições necessárias à existência, validade e regularidade do casamento.....	36
1.5 Capacidade para o casamento	37
1.6 Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas.....	41

1.6.1 Impedimentos públicos ou absolutos para o casamento.....	42
1.6.2 Causas suspensivas ou impeditentes para o casamento	48
1.7 Formalidades preliminares ao casamento. Habilitação	50
1.8 Celebração do casamento	53
1.9 Modalidades do casamento	56
1.9.1 Casamento Civil comum	56
1.9.2 Casamento por Procuração	56
1.9.3 Casamento Nuncupativo	58
1.9.4 Casamento Civil celebrado por religioso	61
1.9.5 Casamento Religioso com Efeitos Cíveis.....	62
1.9.6 Casamento Consular ou Diplomático	64
1.9.7 Registro de Casamento de brasileiro no exterior	65
1.9.8 Casamento por Conversão da União Estável.....	66
1.9.9 Casamento Putativo.....	66
1.9.10 Casamento Fiduciário	67
1.9.11 Casamento Avuncular	67
1.9.12 Casamento Sorodato ou Levirato	68
1.9.13 Casamento Póstumo	69
1.10 Provas do casamento.....	69
1.10.1 Introdução	69
1.10.2 Prova direta específica	70
1.10.3 Prova direta supletória	70
1.10.4 Prova indireta ou posse do estado de casados	71
1.11 Casamento inválido	73
1.11.1 Considerações gerais – Casamento inexistente e irregular...	73
1.11.2 Casamento nulo	77
1.11.3 Casamento Anulável	79
1.11.4 Ação de Nulidade e Ação Anulatória do Casamento.....	92
1.12 Efeitos Jurídicos do Casamento	93
1.12.1 Efeitos sociais do casamento	94
1.12.2 Efeitos pessoais do casamento. Deveres do cônjuge	95
1.12.3 Efeitos patrimoniais do casamento.....	100

2. Regime de Bens	107
2.1 Considerações gerais	107
2.1.1 Conceito e princípios	107
2.1.2 Alteração do Regime de Bens	110
2.2 Pacto antenupcial	115
2.3 Espécies de Regimes Matrimoniais	119
2.4 Regime de Comunhão Parcial	120
2.5 Regime de Comunhão Universal	126
2.6 Regime de Participação Final nos Aquestos	130
2.7 Regime de Separação de Bens	134
2.7.1 Regime de Separação Convencional de Bens	135
2.7.2 Regime de Separação Obrigatória ou Legal de Bens	137
2.8 Bens Particulares, Reservados e Regime Dotai	139
3. Doações entre os Cônjuges.....	139
4. Bem de Família	141
5. Dissolução da Sociedade e do Vínculo Conjugal	147
6. Efeitos da Separação de Fato	151

3 SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO JURÍDICO

1. Introdução	153
2. Separação Judicial	156
2.1 Considerações gerais. Legitimidade e Partilha dos Bens.....	156
2.2 Separação Consensual	160
2.3 Separação Litigiosa	168
2.3.1 Considerações gerais. Princípio da ruptura e fim da culpa.....	168
2.3.2 Separação-sanção ou com culpa	173
2.3.3 Separação-falência	179
2.3.4 Separação-remédio	181
2.4 Efeitos da Separação Judicial	183
2.4.1 Efeitos pessoais entre os cônjuges	184
2.4.2 Efeitos patrimoniais	186
2.4.3 Indenização por danos morais e materiais	188
2.4.4 Aplicação da <i>disregard inversa</i> na partilha de bens e alimentos.	190

2.5 Restabelecimento da Sociedade Conjugal.....	195
3. Divórcio Judicial	196
3.1 Considerações gerais	196
3.2 Divórcio Indireto ou por Conversão da Separação Judicial.....	198
3.2.1 Divórcio Indireto ou por Conversão Consensual	199
3.2.2 Divórcio Indireto ou por Conversão Litigioso	200
3.3 Divórcio Direto	202
3.3.1 Divórcio Direto Consensual	203
3.3.2 Divórcio Direto Litigioso	205
3.3.3 Divórcio Direto Sobreposto à Separação Jurídica	208
3.4 Efeitos do Divórcio	208
3.5 Partilha de Bens.....	210
4. Proteção da Pessoa dos Filhos	213
4.1 Guarda	213
4.1.1 Introdução e conceito	213
4.1.2 Modalidades de guarda	215
4.2 Direito de visitas e fiscalização	220
4.3 Direito de visitas dos avós	220
4.4 Pensão alimentícia.....	222
5. Medidas Cautelares.....	222
5.1 Separação de corpos	223
5.2 Alimentos provisionais.....	226
5.3 Posse e guarda provisória dos filhos	227
6. Separação e Divórcio Extrajudicial – Dimas Daniel de Carvalho ..	227
6.1 Introdução	227
6.2 Facultatividade do procedimento	228
6.3 Cláusulas obrigatórias.....	229
6.4 Partilha posterior.....	231
6.5 Lapso temporal e conversão da separação em divórcio	232
6.6 Representação das partes.....	233
6.7 Reconciliação dos cônjuges	234
6.8 Emolumentos	234

6.9 Competência	236
6.10 Efeitos da Lei 11.441/07	236
7. A Revolução Silenciosa Perpetrada pela Lei 11.441/2007 – Newton Teixeira Carvalho.....	237
7.1 O casamento como a única maneira de constituição de família..	237
7.2 O reconhecimento constitucional de outras maneiras de viver a dois	238
7.3 Alguns avanços advindos da Lei. 11.441/2007	238
7.4 Conclusão	240

4 DIREITO CONVIVENCIAL

1. Pluralidade de Entidades Familiares Convivenciais	243
2. União Estável	247
2.1 Conceito	247
2.2 Histórico	248
2.3 Distinção de União Estável e Concubinato	251
2.4 Caracterização da União Estável	252
2.4.1 Elementos essenciais	252
2.4.2 Elementos secundários	254
2.5 Efeitos Jurídicos da União Estável.....	254
2.5.1 Regime de bens	254
2.5.2 Alimentos	255
2.5.3 Direitos sucessórios	257
2.5.4 Adoção	258
2.5.5 Exercício do poder familiar e guarda dos filhos	258
2.5.6 Nome	259
2.6 Deveres na União Estável	259
2.7 Comprovação da União Estável	260
3. Concubinato ou Famílias Paralelas	262
4. União homoafetiva – Marcela Maria Pereira Amaral	265
4.1 Famílias plurais. Breves noções.....	265
4.2 União homoafetiva. Conceito e distinções.....	266
4.3 Visão clássica do instituto, natureza jurídica e efeitos	267

4.4 Dignidade da pessoa humana e princípio da isonomia.	
Proteção do afeto	269
4.5 Proposta de revisitação do conteúdo das entidades familiares –	
Reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar..	271
4.6 Efeitos do reconhecimento da união homoafetiva como	
entidade familiar	276
4.7 Adoção por casais homoafetivos	279

5 DIREITO PARENTAL

1. Parentesco	281
1.1 Considerações gerais – Vínculos de família	281
1.2 Vínculo do parentesco – Conceito e Espécies no Código Civil	
de 1916 e de 2002	281
1.3 Parentesco biológico, registral e socioafetivo	284
1.4 Parentesco na linha reta e colateral	287
1.5 Graus de parentesco	288
2. Filiação	289
2.1 Conceito, extinção das designações e classificação atual	289
2.2 Filiação jurídica	291
2.2.1 Espécies de filiação e desbiologização da paternidade	291
2.2.2 Filiação socioafetiva	294
2.3 Prova da filiação registral	296
2.4 Filiação matrimonial	298
2.4.1 Conceito	298
2.4.2 Presunção da paternidade e técnicas de reprodução	
medicamente assistida	298
2.4.3 Negatória de paternidade e maternidade	303
2.5 Filiação extramatrimonial	307
2.5.1 Conceito	307
2.5.2 Reconhecimento dos filhos	307
2.5.3 Investigação da origem genética	321
2.5.4 Efeitos do reconhecimento da filiação	322
2.5.5 Investigação avoenga e direito à ancestralidade	323

2.6 Ações retificadoras da filiação.....	325
2.6.1 Introdução.....	325
2.6.2 Ação Negatória de Paternidade	326
2.6.3 Ação Anulatória do Registro Civil	327
2.6.4 Relativização da Coisa Julgada na Ação Investigatória	329
2.6.5 Conclusão.....	341
2.6.6 Sinopse das Ações	342
3. Adoção	344
3.1 Conceito e histórico.....	344
3.2 Procedimento, requisitos e vínculos da adoção.....	347
3.3 Pessoas que podem adotar e que podem ser adotadas	352
3.4 Efeitos da adoção	360
3.4.1 Considerações gerais - Irrevogabilidade, readoção e invalidação	360
3.4.2 Efeitos de ordem pessoal	363
3.4.3 Efeitos patrimoniais	365
3.4.4 Benefícios legais	365
3.5 Inexistência, nulidade e anulação da adoção	366
3.6 Adoção por estrangeiros ou internacional	366
4. Poder Familiar	370
4.1 Conceito, histórico e características	370
4.1.1 Conceito	370
4.1.2 Histórico	372
4.1.3 Características	373
4.2 Titularidade de exercício do Poder Familiar	373
4.3 Conteúdo do Poder Familiar	375
4.3.1 Poder Familiar quanto à pessoa do filho	375
4.3.2 Poder Familiar quanto aos bens dos filhos	377
4.4 Extinção, suspensão e perda do Poder Familiar	381
4.4.1 Extinção do Poder Familiar	381
4.4.2 Suspensão do Poder Familiar	382

4.4.3 Perda do Poder Familiar	384
4.5 Procedimento para suspensão ou Perda do Poder Familiar	386

6 ALIMENTOS

1. Conceito e Natureza Jurídica	389
2. Fontes do Direito Alimentar.....	391
2.1 Parentesco e obrigação complementar	391
2.2 Casamento.....	395
2.3 União Estável	397
2.4 Contratos.....	398
2.5 Testamento.....	398
2.6 Ato ilícito.....	398
3. Classificação dos Alimentos.....	399
3.1 Quanto às fontes ou causa legal	399
3.2 Quanto à definitividade ou finalidade.....	400
3.3 Quanto ao objetivo ou natureza da prestação	401
4. Pressupostos da Obrigação Alimentar	401
4.1 Necessidade de quem pode reclamar.....	402
4.2 Possibilidade de quem deve prestar	403
4.3 Proporcionalidade na fixação	404
5. Mutabilidade do <i>Quantum</i> da Pensão Alimentícia	405
6. Características do Direito Alimentar	405
6.1 Atualidade	405
6.2 Imprescritibilidade do direito.....	406
6.3 Irrenunciabilidade	406
6.4 Divisibilidade	411
6.5 Personalíssimo	416
6.6 Indisponibilidade	417
6.7 Intransferível ou inessível	417
6.8 Incompensável.....	417
6.9 Impenhorabilidade	418
6.10 Intransmissibilidade do credor	418

6.11 Transmissibilidade da obrigação alimentar aos herdeiros	418
6.12 Irrestituíveis ou irrepetíveis	424
6.13 Reciprocidade	425
7. Ações envolvendo Obrigação Alimentar	426
7.1 Ação Cautelar de Alimentos Provisionais	426
7.2 Ação de Alimentos	429
7.3 Ação de Alimentos Proposta pelo Devedor	433
7.4 Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos	433
7.5 Ação de Alimentos ao Nascituro ou Alimentos Gravídicos	434
7.6 Ação Revisional e Exoneração de Alimentos	439
7.7 Ação de Cobrança de Alimentos	444
8. Execução de Alimentos	445
8.1 Desconto em Folha de Pagamento	445
8.2 Recebimento de alugueres ou outros rendimentos	446
8.3 Execução indireta ou prisão civil	446
8.4 Execução por quantia certa	456
8.5 Cumprimento de sentença	457
9. A Nova Execução no Direito de Família – Newton Teixeira Carvalho	458
9.1. Introdução	458
9.2 Avanços e Retrocessos do Processo de Execução (do Direito Romano aos tempos atuais)	459
9.3 Aplicação da Lei 11.232/2005 também nas dívidas alimentícias ...	460
9.4 Conclusão	462

7 DIREITO ASSISTENCIAL

1. Guarda	465
2. Tutela	467
2.1 Conceito e natureza jurídica	467
2.2 Espécies de tutela	470
2.2.1 Tutela Testamentária	471
2.2.2 Tutela Documental	473
2.2.3 Tutela Legítima	473

2.2.4 Tutela Dativa	474
2.2.5 Tutela Interina	476
2.3 Dos incapazes de exercer a tutela	477
2.4 Da escusa dos tutores	478
2.5 Nomeação do tutor e garantia da tutela	480
2.6 Do exercício da tutela.....	482
2.6.1 Exercício da tutela quanto à pessoa do menor.....	484
2.6.2 Exercício da tutela quanto aos bens do menor	485
2.7 Prestação de contas.....	488
2.8 Cessação da tutela	490
3. Curatela	491
3.1 Conceito e pressupostos	491
3.2 Efeitos da sentença de interdição	492
3.3 Pessoas sujeitas à curatela	493
3.3.1 Enfermos ou deficientes mentais sem discernimento	494
3.3.2 Incapazes de exprimir sua vontade por outras causas duradouras	494
3.3.3 Deficientes mentais, ébrios habituais e viciados em tóxicos.	495
3.3.4 Excepcionais sem o completo desenvolvimento mental	496
3.3.5 Pr�digos	496
3.3.6 Nascituro	497
3.3.7 Enfermos ou deficientes físicos	497
3.4 Legitimidade para requerer e processo de interdição	498
3.5 Nomeação de curador e exercício da curatela	501
3.6 Levantamento da interdição	502
3.7 Administrador provisório	503
3.8 Curadorias especiais.....	504

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR REFERIDA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	505
Emenda Constitucional n. 9, de 28.06.1977.....	510
Leis ordinárias.....	511
Decretos-leis.....	629
Referências bibliográficas.....	667